



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**REFLEXÕES SOBRE  
VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

ADILSON ARAÚJO LIMA

BRASÍLIA  
2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ADILSON ARAÚJO LIMA

**REFLEXÕES SOBRE  
VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra, Sonia Marise

BRASÍLIA  
2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ADILSON ARAUJO LIMA**

**REFLEXÕES SOBRE  
VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Pedagogia

**Comissão Examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

BRASÍLIA  
2015

*À minha querida esposa e filhas, pais,  
irmãos e amigos pelo apoio recebido durante a  
realização deste trabalho*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que em todos os momentos guia os meus passos, pelas bênçãos e graças derramadas sobre minha família e sobre a minha vida. A minha esposa Maria da Conceição e as minhas Filhas Débora Thays e Daniella, por todo amor, dedicação e carinho que me deram. Aos meus Pais, Maria do Carmo e Pedro Nolasco, por todo apoio e incentivo durante a trajetória do curso.

Agradeço aos professores da Faculdade de Educação, que contribuíram para minha formação acadêmica. A Professora Sônia Marise, minha orientadora, pela importante contribuição e ajuda que me dedicou durante a realização desse trabalho.

Muito obrigado a todos que acreditaram em mim, e na concretização desse trabalho.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	07
APRESENTAÇÃO.....	08
Parte 1 - Memorial.....	09
Parte 2 – Reflexões sobre violência na escola .....	16
Introdução.....	17
Capítulo 01.....	19
1.1 - Definições e conceitos de violência.....	19
1.2 - Violência e ética .....	20
1.3 - Violência e currículo escolar .....	24
1.4 - Violência na escola: uma questão de exclusão .....	28
1.5 - Violência e educação.....	29
1.6 - Lei distrital nº 4837 de 22 de maio de 2012.....	31
Capítulo 02 - Pesquisa.....	36
2.1- Metodologia .....	36
2.2- Contexto da pesquisa .....	36
2.2.1- Perfil socioeconômico do Paranoá-DF .....	36
2.2.2- Perfil socioeconômico do Itapuã-DF .....	37
2.2.3 - Caracterização da escola .....	37
2.3 - Apresentação dos dados.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
REFERÊNCIAS .....	48
APÊNDICES .....	50
QUESTIONÁRIO .....	51
Parte 3 - Perspectivas pessoais e profissionais .....	53

## RESUMO

Referência: LIMA, Adilson Araújo. Violência na Escola. Trabalho de Final de Curso em Pedagogia-UNB, Brasília-DF.

O presente trabalho traz em seu escopo a problemática da violência escolar, reflexões sobre violência na escola e a lei distrital sobre o tema de forma que o Estado e a sociedade podem influenciar de forma responsável com a diminuição desta questão social, que tem causado vítimas em todo o País e principalmente no Distrito Federal. Na centralidade do trabalho realizado, buscou-se relacionar alguns temas como: Definições e conceitos de violência; violência e ética; violência e currículo escolar, violência e educação; violência na escola: uma questão de exclusão como temas indispensáveis de serem trabalhados na escola buscando refletir melhores relações sociais e por consequência a diminuição da violência escolar. Apresenta e analisa ainda um questionário sobre o tema aplicado em uma escola classe da Região Administrativa do Paranoá-DF.

Palavras-chaves: Escola, Lei, Sociedade, Violência.

## APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Final de Curso (TFC) é o resultado de um percurso que teve início no primeiro semestre do curso de pedagogia e se estendeu por vários anos de estudos na Faculdade de Educação da UNB. Está organizado em três partes. Na primeira parte o trabalho traz a memória educativa, isto é tudo que de alguma forma contribuiu para a educação do estudante.

A segunda parte do trabalho traz algumas reflexões sobre a violência na escola com base em alguns autores como: ZALUAR, ABRAMOVAY, FREIRE entre outros. O trabalho discutirá alguns temas como: Violência e educação, violência e ética, Violência e currículo escolar, violência escolar – uma questão de exclusão e também abordará alguns artigos da Constituição Federal de 1988 e a Lei Distrital de nº 4837 de 22 de maio de 2012 que institui uma política de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do Distrito Federal.

A terceira parte do trabalho apresenta e analisa o questionário aplicado em uma escola classe do Paranoá – DF, no qual avalia a renda familiar dos entrevistados, a idade dos entrevistados, onde os entrevistados residem, a percepção da violência na escola e identifica os tipos de violência que mais ocorre naquele ambiente escolar e quem participou dos atos de violência. Por último é apresentada à conclusão que o trabalho chegou sobre a violência nas escolas.



**PARTE I**  
**MEMORIAL**

## MEMORIAL

*O mais importante e bonito desse mundo é que as pessoas não são sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que estão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior é o que a vida me ensinou.*  
(Guimarães Rosa)

Quando penso sobre minha memória educativa percebo que todos os acontecimentos que vivenciei durante a vida contribuíram de várias formas para tornar-me a pessoa que sou hoje.

Nasci estado do Piauí, meus pais moravam a cerca de 80 km da cidade de Bom Jesus e foi lá que eu nasci em casa mesmo, das mãos de uma parteira, a Senhora Quelé. Do primeiro ano de vida não lembro quase nada; dizem que era muito chorão e só gostava de ficar com a mãe. Aos doze meses de idade meus pais mudaram-se para o Distrito Federal e aqui fui registrado no cartório de Taguatinga.

Em 1981 meus pais mudaram-se para a invasão do Paranoá, eu tinha cinco anos de idade onde iniciei a trajetória escolar, a pré-escola, mantida por voluntários da Igreja Católica que ficavam ao lado de casa, lá aprendi as primeiras letras.

No Paranoá, imperava a escassez de água, para conseguirmos, tínhamos que buscar nas minas que ficavam próximo ao Lago Paranoá ou na bica próxima à barragem, em um lugar chamado *Vila Piauí*, recordo-me que eu e meus amigos fomos tomar banho lá e um deles quando estava enxugando deparou com uma cobra próxima da bica, com medo nem terminou o banho; voltou para casa ensaboado.

Lembro-me de que as pessoas com poder aquisitivo melhor pagavam pela água que era transportada por carroças, Kombi ou caminhonetas antigas! Algumas vezes o governo mandava caminhões pipa para abastecer os tambores de 200 litros que eram posicionados em um local pré-determinado, mas a concorrência era tão grande, muitas vezes a água não atendia o contingente, tínhamos que dividir com os nossos vizinhos.

Por ser o filho mais velho era eu que tinha a responsabilidade de abastecer a casa com água. Quando era mais novo meu pai se encarregava disso. Recordo-me um dia em que fui buscar água com o papai numa mina e o transporte era feito no carrinho de mão, nele cabiam seis latas de 18 litros. Naquele dia, meu pai deixou-

me segurando o carrinho e desceu na mina com duas latas por vez. Ao buscar as duas últimas latas de água cometi destreza de tombar o carrinho com todas as latas cheias de água.

Naquele dia meu pai ficou nervoso; levei uma surra, mas ele não gostava de bater nos filhos; foi o dia da exceção; confesso que mereci. Depois de algum tempo, foi instalado um chafariz perto da nossa casa, melhorou bastante, apesar de ainda ter que buscar água e ficar por horas na fila esperando a vez de encher as latas. Penso que por ter assumido a responsabilidade de suprir a casa com água desde criança tornei-me uma pessoa responsável.

Quando completei seis anos de idade minha mãe matriculou-me na pré-escola da escola pública onde nem todos conseguiam uma vaga porque a demanda era grande e as vagas pouquíssimas. Estudei naquela escola durante toda a vida escolar básica. A escola mudou de nome e de lugar, mas sempre foi a primeira escola do Paranoá.

Não consigo lembrar-me de tudo, mas tem certos acontecimentos que marcaram a minha vida. Sempre fui um aluno comportado; durante a trajetória escolar nenhum professor reclamou do comportamento. Menino tímido, mas nunca tive problemas de relacionamentos com nenhum colega.

Lembro-me da 2ª série do Ensino Fundamental, havia uma professora bastante preocupada com os alunos - naquela época as professoras que lecionavam no Paranoá moravam no Plano Piloto, Lago Norte ou Sul. Ela nos presenteava com vários brinquedos, certa vez ganhei uma bola.

A 5ª série era o terror dos alunos, vários professores eram um desafio, e o maior índice de reprovação acontecia nessa série.

Embora fosse bom aluno tive problemas com a disciplina de História, não conseguia decorar os exercícios que a professora cobrava na prova; era o melhor em matemática e não tirava nota vermelha nas outras matérias, em História premiava-me com a famosa bomba em todos os bimestres; na recuperação final, resultado: reprovação; esta foi a maior tristeza da minha pré-adolescência, lembro ter chorado bastante. O novo ano começou, 5ª série de novo, a preocupação era com História.

Tive que responder à muitas de perguntas do porquê da reprovação; sentia muita vergonha. A professora de História, a mesma, perguntas e respostas também

e eu decorando para fazer a prova. Resultado, fui o melhor da turma em quase todas as matérias, mas em história tirei só a nota suficiente para ser aprovado.

O restante do meu percurso escolar ocorreu sem maiores problemas, na 6ª série tive pela primeira vez um professor do sexo masculino, professor de matemática, novidade para todos alunos. A turma da 8ª série era pequena, existia 15 alunos e éramos bastante unidos. A professora de português era excelente, ela, por muitas vezes, sentava-se à mesa e ficava por horas aconselhando a turma de uma forma tão gentil e amorosa que não tem como esquecer.

O Segundo Grau (atual Ensino Médio) foi tranquilo, tinha bons professores, mas eu senti falta de uma orientação profissional. Fiz grandes amizades, tenho vários amigos desta época. Consegui o primeiro emprego com carteira assinada, quando cursava o 2º ano. O emprego foi em uma sorveteria. Trabalhava das 15hs às 22hs, tinha uma folga por semana. Mas o meu primeiro emprego de fato foi aos 12 anos de idade numa casa do Lago Sul, trabalhava todos os sábados, lavava garagem, calçadas, rastelava a grama, lavava e aspirava os carros, trabalhei nesta casa por volta de três ou quatro anos. Depois, por pouco tempo, numa empresa de jardinagem, serviço muito pesado. Na época cursava a 8ª série, precisei pedir transferência para o noturno para que pudesse trabalhar. Durou pouco, graças a Deus, no segundo bimestre já estava de volta para o diurno.

Também trabalhei por um ano numa como mensageiro, tinha até diploma de mensageiro (office-boy) realizado na extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Ganhava meio salário mínimo para trabalhar das 14h às 18h.

Conheci a minha esposa no mês de maio de 1994 e em pouco tempo começamos a namorar. Terminei o Ensino Médio em 1995, mas estava em dúvida do que queria ser.

Em 1996, consegui um emprego de porteiro num condomínio de Sobradinho. Este foi o meu segundo emprego com carteira fichada, o salário era razoável, decidi que era hora de casar. Depois de seis meses de casado fui demitido; Começava, então, um período de desemprego e de muita aprendizagem. Tempo difícil que para mim durou uma eternidade, quando faço as contas durou um ano. Penso que isto me fez valorizar todos os tipos de trabalhos e profissões, sem distinção.

Durante a fase do desemprego tentei vender livros, mas não consegui. Era tímido e não conseguia convencer os clientes a comprarem o produto. Tentei ser taxista e também não deu certo. Recém habilitado, não tinha experiência no trânsito,

resultado: três batidas e um prejuízo enorme que só consegui quitar depois de alguns anos.

Volto ao ano de 1996, no segundo semestre prestei vestibular na UNB para Licenciatura em Física fui aprovado, na época trabalhava como porteiro do Condomínio que atualmente moro. Comecei estudar, mas não tinha o tempo necessário para dedicar ao curso e nem afinidade com a vida universitária, estava um pouco perdido, meu pensamento estava mais no casamento do que nos estudos. Tranquei o curso antes de terminar o semestre, casei em dezembro de 1996 e no primeiro semestre de 1997 decidi voltar a cursar, tive muita dificuldade com as matérias; terminei abandonado o curso de vez.

Não queria ficar sem estudar, por esse motivo matriculei-me no Seminário no segundo semestre de 1997 para cursar Bacharelado em Teologia na Assembleia de Deus do Plano Piloto.

Ainda em 1996, meus colegas me chamaram para fazer o concurso da Polícia Militar, mas eu não quis, mas em 1999 entrei para a Polícia Militar e hoje tenho mais de 15 anos de serviços prestados.

A vida é uma escola e para aprendermos basta apenas viver, deixar que as coisas aconteçam no devido tempo. A vontade de estudar na UNB continuava comigo, foi um sonho adiado, ano após ano. Tudo que me acontecia educava-me mais ainda. A educação percorre minha vida seja através de meus pais, da escola, vida profissional (castrense), casamento, paternidade, vida religiosa, amigos, irmãos, que são cinco, me educaram aprendi e aprendo com tudo e com todos.

Em 2007, o sonho de estudar na UNB se concretiza: passo no vestibular para Pedagogia. O primeiro semestre do curso começa e com ele várias perguntas: por que você escolheu este curso? Você quer ser professor? Você já tem uma profissão! Por que então fazer pedagogia? Foram tantas as perguntas, mas poucas as respostas.

Com o passar dos semestres veio o envolvimento com o curso, ao tomar gosto pela pedagogia, aprendendo com os professores, colegas de turma, leituras, estágio (Projeto 4), com as saídas de campo, aprendi muito na Faculdade de Educação. Aprendi a respeitar as opiniões, diferenças e ser mais tolerante. Aprendi com um professor que o exercício da profissão de pedagogo é amar, amar o que se faz, amar a quem se educa.

Pedagogia não é uma mera ciência da educação, ela é muito mais que isso, ela cuida da formação do ser humano como um cidadão. Penso que a Pedagogia, exercida com amor e dedicação seja uma das mais nobres profissões existentes no mundo.

A alegria de ter voltado para UNB foi imensa, mas conciliar o curso com compromissos diários de pai de família não foi fácil. No início do curso trabalhava na escala de 24 horas, saía do trabalho pela manhã e ia direto para a aula, o sono era grande. No segundo semestre fui trabalhar no expediente isto ajudou a continuar no curso. O tempo foi passando e fui envolvendo mais com ele, mas sempre cursava poucas matérias por semestre.

No segundo semestre despertei mais ainda pelo curso quando cursei a disciplina projeto 2; percebi a abrangência e o significado da pedagogia e as várias formas de atuação do pedagogo. Não tive como me dedicar a uma área específica do curso, caminhei por vários projetos. Fiz projeto na área de Economia Solidária aos Sábados com encontros na comunidade de São Sebastião. O projeto 4 foi na área de Filosofia na Escola. Este projeto foi de suma importância na minha formação, pois foi ele que me inseriu no ambiente escolar. Neste projeto observávamos as aulas e também ministrávamos aulas com uma temática escolhida juntamente com o professor regente, mas sempre no eixo da filosofia na escola.

No primeiro semestre de 2012 estava prestes a terminar o curso, já estava matriculado no projeto 5 quando começou uma greve na UNB, uma das mais longas. Aproveitando a greve comecei o que a princípio era reforma em minha casa, mas logo no começo se tornou construção. A greve acabou, mas estava envolvido na construção que terminei abandonando o TCC por falta de tempo, no segundo semestre de 2012, tranquei a matrícula, no primeiro semestre de 2013 não foi diferente, tranquei novamente.

Segundo semestre de 2013 não podia mais trancar o curso, havia trancado por dois semestres; era hora de voltar e terminar o curso. Não foi fácil, pois a filha mais nova tinha acabado de nascer, precisava ajudar a esposa em casa. Em Setembro minha esposa começou um cursinho para prova de professor da Secretaria de Educação, o bebê estava com menos de 4 meses, tinha que cuidar e ainda fazer a monografia, não deu certo e tivemos que contratar uma pessoa para cuidar da minha filha para que eu tivesse um pouco mais de tempo para concluir o trabalho, mas terminei por abandonar o curso e conseqüentemente fui desligado da

UNB, fui reintegrado no primeiro semestre de 2015 com a difícil missão de concluir o curso.

## **PARTE II**

### **REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA**



## INTRODUÇÃO

Este capítulo trata de uma reflexão sobre a violência e como ela se manifesta na escola.

A violência é um fenômeno de causalidade complexa e por vezes controverso e de mensuração problemática, porque o reconhecimento de sua ocorrência envolve análises de valores e práticas culturais, de forma, que seu contexto social, educacional e político podem influenciar no aumento como na diminuição das práticas delituosas em questão.

Nos tempos hodiernos há um crescimento na informação, contudo não há a formação adequada para nortear o entendimento do aumento da violência nas escolas brasileiras, e principalmente no Distrito Federal.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possibilite resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (Krug e col., 2002; Dahlberg e Krug, 2006).

Pode-se verificar que o ambiente educacional nos tempos atuais vem passando por um processo de fragmentação, e isso quer dizer que a escola de hoje é o resultado das mudanças sociais, políticas e econômicas, e o isolamento desta, a diminuição do prestígio do estudante. Além dessas mudanças, houve o impacto da mídia televisiva, da pobreza, da mudança de valores e de papéis. Tudo isso tem afetado a vida das pessoas no contexto escolar, trazendo o aumento dos conflitos e originando as rupturas emocionais e físicas, tornando o ambiente propício para o surgimento da violência escolar.

Alguns fatos de violência escolar são apontados em grande parte por problemas existenciais, e/ou sociais, e acabam por contribuir no aumento da agressividade, ou na perda da razão. Contudo existem alunos e professores que ainda seguem cercados pelo medo, pela dor e pelo silêncio. Estas pessoas são vítimas de atos violentos que vão desde humilhações, ameaças, acusações, espancamentos, negligências e por fim tentativas de homicídios e homicídios consumados, e tudo isso dentro do ambiente escolar.

Diante desta fatalidade complexa, e deste fenômeno é de suma importância à participação da comunidade escolar, como inclusa no meio de controle da violência, seja através da denúncia, ou através de participação direta no tratamento e acolhimento das vítimas desta violência, assim como na prevenção e no combate ao uso de tóxicos e entorpecentes. É preciso romper com esse crescimento exacerbado de violência que repercute de modo significativo, nas esferas políticas, econômica, social e cultural do nosso país, e concomitante no Distrito Federal colaborando desta maneira com qualidade de vida de toda a comunidade escolar.

Nessa visão este trabalho traz opiniões de especialistas, pesquisa de campo, com o intuito de somar com as discussões existentes sobre a violência na escola.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 - DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE VIOLÊNCIA

A violência geralmente pode ser fruto de um conflito, e nisso a definição de violência para *Zaluar* segue que:

*Violência vem do latim violentia que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação, e do sofrimento que provoca que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999, p.28).*

“A violência é o modo mais agudo de revelar o total desrespeito e desconsideração pelo outro, implicando não só o uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la” (VELHO; ALVITO, 1996, p. 10).

A violência também pode ser definida como uma força exercida em determinadas relações de desigualdade no âmbito econômico, social e cultural, e por relações de divergências sociais e interpessoais, ou seja, violência intrafamiliar, abuso sexual, violência de gênero, etnia, raça, etc., que contrariam as normas éticas e legais do pacto social.

Ainda segundo o dicionário Michaelis, violência é: qualidade de violento; qualidade do que atua com força ou grande impulso, força, ímpeto, impetuosidade; ação violenta; opressão, tirania; qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa; constrangimento físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.

A violência pode assumir diversas formas quando inseridas em um contexto social e/ou cultural, e neste caso pode-se citar a violência simbólica, a qual é a forma invisível de coação, e muitas vezes se apoia em crenças e preconceitos coletivos. A violência pode resultar de um conflito em que o limite do outro é violado. É como se existisse uma linha que dividisse e restringisse o acesso, sob pena aquele que o violasse, ou seja, para entrar em determinadas áreas é necessário ter autorização e cumprir com os acordos pré-estabelecidos. Segundo Townsend e Cloud, (1999, pg.96) “Os limites definem o que eu sou e o que são os outros. Um

limite pode mostrar onde termino e onde alguém começa, dando-me uma ideia de posse”.

A violência é um fenômeno de causalidade complexa, por vezes controversa e de mensuração problemática, porque o reconhecimento de sua ocorrência envolve análises de valores e práticas culturais, como também em seus componentes causais, históricos, econômicos e que podem ser até mesmo subjetivos, sendo este vislumbrado dentro de uma perspectiva contextual podendo variar no tempo e no espaço.

Nessa ordem Abramovay conceitua e permite lembrar a instituição onde se processou e processa a violência, ou seja, a escola, pois o palco dessa discussão é composto de pessoas que tem ideias discordantes entre si.

*A intervenção física de um indivíduo ou grupo de indivíduos contra a integridade de outro(s) indivíduo(s) e também contra si mesmo, que abrange desde suicídios, espancamentos de diversos tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no trânsito, além das diversas formas de agressão sexual. Compreendem-se também, todas as formas de violência verbal, simbólica e institucional. (ABRAMOVAY & RUA, 2002, p 94).*

É importante ressaltar que essa violência não acontece de forma desvinculada do conjunto de práticas que permeia a escola. A violência tem exigido do ambiente escolar sérias mudanças de paradigmas em seu currículo, Projeto Político Pedagógico, avaliação institucional e da aprendizagem esta por trabalhar com a formação do aluno, aquela por avaliar as instituições e os processos de ensino desse aluno. Contudo a ausência de um desses tem deixado a escola como alvo de críticas.

## **1.2 - VIOLÊNCIA E ÉTICA**

Se a escola como instituição de saberes entender seu valor ético diante da história que percorreu e compreender que precisa melhorar sua visão enquanto lugar de homens e mulheres sociais será ética, pois esta palavra tão linda e difícil de ser praticada é a chave para o falso moralismo de que tem enfrentado a educação.

*A ética é uma referência para que os indivíduos possam viver em sociedade através de atitudes de julgamentos críticos da moral vigente, tornando-se mais humanos diante da vida cotidiana. A ética se aplica à família, à sociedade e ao estado, promovendo a reflexão crítica da moralidade.*

*Enquanto que a moral regula os valores e os comportamentos de um determinado povo (ou grupo cultural/religioso) em um determinado tempo e espaço, a ética julga a validade da moral. (Ética hoje. Disponível em <http://pdt.shvoong.com/social-sciences/psychology>; acesso em: 10 dez 2013).*

Ao refletir essa fala, a violência passa ser um objeto não para discursos de dominadores com duras acusações: a culpa é da família do aluno que não sabe educar, que não dá limites, responsabilizando a classe marginalizada. É bom lembrar que alguém a marginalizou, a pobreza não é resultado da natureza, alguém a condicionou a essa situação de forma direta ou indireta e não há mais espaço para discursos hipócritas, antiético e irreal como este. Essa ideia de culpar as origens da massa desfavorecida pelo status da violência é injusto e pode ser comparado ao que diz Marina Colasanti, cronista brasileira, em seu texto intitulado “De quem são os meninos de rua”:

*(...) embora uma criança possa ser abandonada pelos pais, abandonadas pela família, (...) milhões de crianças só podem ser abandonadas pela coletividade. (...) tínhamos o direito de atribuir esse abandono ao governo, e responsabilizá-lo. Mas, (...) quando queremos que os cidadãos sejam o governo, já não podemos apenas passar adiante a responsabilidade. (COLASSANTI, 2002)*

O cidadão não nasce à margem da sociedade, alguém o obrigou a isso. Na mesma ordem podemos pensar a violência, ela não pode ser elemento castrador da escola, ela não nasceu lá, ao contrário foi posta lá direta ou indiretamente por alguém. Para que seja entendido isso veja o que enuncia Freire:

*É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa. (FREIRE, 1997, p. 92)*

O que resta ao futuro educador e a todos que queiram debater e fazer educação de fato é um discurso justo e compreensivo com os sujeitos sociais abandonados ao longo dos séculos de educação tradicional. Ser ético e solidário é o caminho a todos e a todas que querem um Brasil livre de desigualdades sociais.

*As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. Não existe uma moral científica. (...) a moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, neste sentido, é por ela estudada e investigada. A ética não é amoral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral afetiva (...) a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva. (VÁZQUEZ 1975, apud RIOS, 2008, p. 24)*

Ao refletir o texto acima fica bem claro o porquê de muitos problemas enfrentados no contexto da sala de aula não ser resolvidos de forma coerente e humana quando se trata de violência. Falta na instituição o verdadeiro entendimento da ética fator de desenvolvimento da Educação para o sucesso social. A ética é solidária; é amorosa, as normas e a moral muitas vezes moralista nem sempre são justas e com intenção de libertar, pois nem sempre os aparelhos ideológicos buscam as necessidades dos dominados.

De acordo com Freire:

*A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (FREIRE, 1997, p.47)*

Na visão freireana a ação educativa deve comprometer-se com a diversidade numa visão libertária, onde democracia não é parte apenas de falácias ou de prescrição em leis, mas um processo onde todos possam ser respeitados como sujeitos ativos. Nesse sentido não se teve contribuição da educação brasileira durante quase quinhentos anos. A colônia agrário- exportadora interessava em mão de obra escrava, educação como se sabe elitista onde havia dominados e dominadores. O que explica o lento processo de despertar nas escolas para uma educação livre de preconceitos, de exclusão e de dominação.

O processo autoritário excludente de uma educação tradicional de mais de quatro séculos, conseqüentemente, reflete até hoje no convívio escolar como objeto inibidor do respeito à diversidade. Numa perspectiva holística, a educação escolar pode entender, aprender, conviver e relacionar-se com sua história para daí mudar sua condição humana, segundo Freire (2005) “Os oprimidos, nos vários momentos

de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais”.

A Educação deve ter como principal desafio a inclusão, para isso precisa desenvolver uma pedagogia centrada no que mais se precisa no momento, diversidade, capaz de educar a todos e todas sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola com esta capacidade oferecerá rompimento com todas as formas de violências sociais. Nesse sentido é bom lembrar que à escola não é só lugar de instrução, os alunos não vão à escola somente para estudar. Em seu poema intitulado *A Escola* Freire diz:

*"Escola é...  
o lugar onde se faz amigos  
não se trata só de prédios, salas, quadros,  
programas, horários, conceitos...  
Escola é, sobretudo, gente,  
gente que trabalha, que estuda,  
que se alegra, se conhece, se estima.  
O diretor é gente,  
O coordenador é gente, o professor é gente,  
o aluno é gente,  
cada funcionário é gente.  
E a escola será cada vez melhor  
na medida em que cada um  
se comporte como colega, amigo, irmão.  
Nada de 'ilha cercada de gente por todos os lados'.  
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir  
que não tem amizade a ninguém  
nada de ser como o tijolo que forma a parede,  
indiferente, frio, só.  
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,  
é também criar laços de amizade,  
é criar ambiente de camaradagem,  
é conviver, é se 'amarrar nela'!  
Ora, é lógico...  
numa escola assim vai ser fácil  
estudar, trabalhar, crescer,  
fazer amigos, educar-se,  
ser feliz."*

O modelo de escola descrito reconhece um currículo diferente do vigente, uma pedagogia alicerçada não só na integração do ser humano, mas numa verdadeira inclusão. A escola espaço de liberdade como coloca tão bem o autor deve ser um espaço onde os diferentes se respeitem, onde há diversidades no campo das ideias e não no campo de características físicas e pessoais.

*(...) a escola, em suas práticas educacionais, assim como outros segmentos da sociedade passaram a conviver diariamente com as crescentes manifestações de violência em todas as suas formas. Isso talvez se pela má incorporação dela com o seu verdadeiro papel o de libertar, respeitar e de colocar o ser humano de fato em posição de*

*ser questionador de ser capaz de resolver problemas. Ao aplicar essa educação que cumpra a missão humanista, ética, de formação de valores e cidadania o contexto da escola pode se tornar mais prazerosa. (FILHO E BRAGA, 2011)*

Consoante Filho e Braga (2011) o ambiente escolar deveria ser avesso a qualquer expressão e conduta violenta e, mais que isso, todos os integrantes da comunidade escolar deveriam estar suficientemente preparados para impedir manifestações neste sentido, além de contribuir efetivamente para a erradicação, na sociedade, de qualquer prática de violência.

### **1.3 - VIOLÊNCIA E CURRÍCULO ESCOLAR**

Consoante Freire:

*Por que não estabelecer uma necessária "intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que tem com indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descanso dos dominantes pelas ares pobres da cidade? A ética da classe embutida neste descanso?(...) A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 2005 p. 34)*

Cadê a ação da pedagogia crítico social dos conteúdos? E o currículo integrado e a tão sonhada subjetividade de que precisa a escola? A participação ativa da sociedade nas decisões da escola para resolver o problema da violência é uma prática de gestão democrática também, uma possibilidade de tornar os conteúdos mais significativos para os alunos e oportunizar harmonia social.

O sistema educacional de ensino precisa lidar com os problemas sociais como sendo problemas de todos, pois eles afetam a sociedade em grande proporção, educar para a cidadania exige de todos e todas uma postura mais responsável e ética, pois quando mencionado aqui o sistema é o conjunto de segmentos sociais, família, igreja, escola e os alunos pensando e agindo juntos.

Educação é uma palavra ampla e tem seu significado muito forte o que proporciona dizer que ela não pode mais ser objeto de falácias, mas de uma prática de ações, avaliações e reflexões conjuntas. No artigo 206 da CF (1988) há uma ideia legal, mas não real em muitos contextos, isso é passo para questionamento do exercício dela.

*Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*



- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas(...)*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade.*(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Como alcançar esses princípios de forma real se não há avaliação dos processos de forma política, ética e sensível às reais necessidades dos cidadãos? Não é propósito desse trabalho responder o questionamento, mas suscitar discussões acerca do assunto, pois gestão democrática precisa de avaliação para atender igualdade de condições, permanência na escola, dado que a violência é inibidora do aluno neste contexto e no processo de participação, uma vez que a educação precisa do aluno como ser autônomo e político.

Os professores precisam de parcerias para pesquisar e aprender mais, ainda é pouco pelo que se observa, não é crucificar aqui a pessoa do (a) professor e nem de quem quer que seja da escola. Mas padrão de qualidade exige pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e isso a escola não faz sozinha. Talvez o atendimento fragmentado desses princípios tenha participação na permanência exagerada da violência contida nela.

*Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura.*(VEIGA, 1998, p.11-35)

E por falar em padrão de qualidade; é bom lembrar que uma escola que não trabalha com integração de currículo contribui e muito para a permanência de violência nos seus bastidores, posto que é complicado trabalhar disciplinas fragmentadas em uma sociedade em constante transformação com inúmeras violências, como se viu ao longo do processo histórico brasileiro, e ainda se vê por meio da televisão e outras mídias tão presentes na vida do educando. Os aparelhos

ideológicos do DF têm falado em sustentabilidade humana, mas ainda é preciso interagir com ela de forma concreta na escola.

Consoante Boff Sustentabilidade é permitir que todos os seres sejam vistos como tendo um valor em si (...) zelar para que continuem a existir (...). A prática de visão democrática na escola precisa incorporar em suas ações a visão holística do ser para que façam valer a ideia de liberdade dentro dela, pois o que se percebe é um certo modismo de: sustentabilidade humana, gestão democrática e diversidade. Mais do que documentos prescritos nas escolas, a sociedade necessita de que essas palavras entrem na vida dela em forma de vivências, inclusão das pessoas em seus espaços para discussão e participação de todos e de todas.

A violência nas escolas tomou grandes proporções e pelo que se observa está se tornado palco para espectadores, inclusive da mídia e dos sistemas de educação estes com seus emaranhados de leis e ideias muitas vezes impraticáveis, não pelo fato de serem más, mas inviáveis em um contexto em que não está preparado para tais ordenanças. A escola antes de tudo precisa ser espaço para as contradições, pois gente é antes de tudo diversa, essa gente tem suas idiossincrasias, sua história, isso sim, precisa ser refletido a começar pela não prática social dos objetivos fundamentais expresso no art 3º da Carta magna:

*I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II - garantir o desenvolvimento nacional;  
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*(Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988)

A constituição bonita na teoria e feia na prática confirma o que Bourdieu diz ser a miséria e a contradição de uma ordem social que coloca tudo muito fácil na teoria com a inverdade de que todos tem e podem conseguir tudo. Engano e aparência apenas, o que se partilha de fato é fracasso e insucesso. O sistema de ensino - todos nós, precisa ver a escola como organismo vivo; os seres que estão dentro dela são seres planetários como diz Boff, e eles precisam entender e viver essa prática de forma lógica e real.

Uma “sociedade livre, justa e solidária” é uma sociedade livre de injustiças, sem violências de qualquer tipo, seja na escola, no trabalho ou em qualquer outro lugar. Exige antes de tudo que se entenda a sociedade e o ser que está inserido nela e ainda fazê-lo entender que ele é um ser ativo e não passivo como é tratado na maioria das vezes. “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” É necessário sim, mas com um trabalho mais palpável, justo, solidário e com equidade, isso é solidariedade humana.

O Brasil é um país onde as desigualdades são enormes, portanto é obrigação do Estado promover meios para a erradicação da pobreza, mas com participação dela, pois a sua negação no processo de transformação social é fator castrador. Negá-la aqui é confirmar que a grande maioria dos pobres são ignorantes, o que não é verdade. O que fica subentendido, “pobre” é violento. Não é uma relação de causa e efeito.

*Ora, se a “causa” (pobreza) nem sempre produz o seu “efeito” (violência), não se trata mesmo de uma causa. Isso não quer dizer que a pobreza nada tenha a ver com a violência, mas que o raciocínio em termos de causas e efeitos não é pertinente. (ABRAMOVAY, 2006, p. 22)*

Ao pensar erradicação da marginalização, é também, incluir a sociedade nas decisões que lhe assiste. Essa negação da massa em termos de participação, não ajuda reduzir as desigualdades sociais e sim perpetuá-las, porque pela passividade o indivíduo entra para a marginalização cultural, social e intelectual. Como pode um ser mudo ter acesso à saúde, alimentação, moradia e educação.

Segundo a CF (1988) “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” é obrigação de todos os segmentos sociais, inclusive do Estado que precisa combater todas as formas de preconceitos e discriminações com relação à participação do ser humano nas decisões que lhes interessa. Essa ação é garantia do direito à educação, favorecendo outros direitos ao ser humano.

*O termo discriminação abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino. (UNESCO, 1960)*

Neste comentário da UNESCO tem-se a confirmação de que os aparelhos ideológicos do Estado têm de contextualizar as leis com a prática de fazer educação com qualidade.

A CF (1988) no seu artigo 205 trata sobre a educação onde diz que a educação e a sociedade tem o dever de promover a inclusão social formando cidadãos e profissionais competentes, aptos a exercerem a cidadania.

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988)*

Certa da garantia de qualidade na prestação do ensino básico como fator indispensável à consecução dos objetivos atribuídos à educação pela Constituição Federal, Muniz assevera que:

*O Estado não pode fugir de sua função educadora e muito menos pode deixar que as suas escolas privadas o suplantem no cumprimento deste dever. Deverá estar presente na formação de seus cidadãos, em parceria com a sociedade, preocupado, precipuamente, com a formação da personalidade infantil, implantando programas educacionais de qualidade e não apenas abrindo novas escolas. É preciso estar atento ao conteúdo das mesmas, procurando proporcionar à criança as condições de vida mais próximas de um lar, formando hábitos sadios, ensinando-lhes e estimulando sua capacidade gradativa no meio social com treinamentos e seleção criteriosa de pessoal e de voluntários. (MUNIZ ,2002 apud VIEIRA, 2012)*

#### **1.4 - VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UMA QUESTÃO DE EXCLUSÃO**

O ser humano é um ser social, ele precisa viver em sociedade, apesar disso não existe um ser humano igual ao outro e quando são vítimas de violência cada um reage de maneira diferente, uns se defendem fazendo uso de mais violência, outros simplesmente ignoram a violência sofrida e outros se retraem e são fortemente atingidos no seu psicológico.

A visão freireana vai ao encontro das ideias de Edgar Morin, sociólogo francês, que defende o ser planetário e nesse sentido ele não pode ser “silencioso” ele é “existencial” como diz Freire é capaz de mudar seu meio. Nessa visão o autor apresenta o homem ativo como ser que ama; o ato de amar segundo ele é condição necessária ao ser humano que dialoga.

Ao cuidar assim, estará cuidando e bem da natureza com visão de retorno, uma vez que homem é natureza e é claro, natureza violentada dá retornos maléficos. Para visualizar bem isso é pertinente salientar fala de Maria Carolina de Jesus autora de *Quarto de despejo*, Diário de uma favelada “(...) Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome (...)”. Não preferir violência na escola é cuidar do povo numa perspectiva humana, porque senão o retorno será diferente da paz. Uso essa fala não por acreditar que o povo da favela seja violento, mas por entender que desumanidade, desrespeito gera violência, um dia alguém revida; é atitude da natureza responder àquilo que a viola .

Nessa consonância de ideias entende-se a sustentabilidade humana. E a prática dessa expressão tão necessária é condição para permanência no planeta que habita homens. É preciso cuidar do habitat e das relações do homem consigo mesmo e com o mundo. É nessa perspectiva que o aluno do presente e do futuro precisa ser visto, o ser planetário. Mas para que isso aconteça há necessidade de negação às patologias de amor criticadas por Freire: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados.

Levar para os alunos o que propõe Freire, (2005) “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta (...) associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante (...) e a convivência das pessoas é muito maior”. Essa visão é acreditar no homem oprimido que pensa certo também.

## **1.5 - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO**

No mundo inteiro houve inúmeras violências, mas ater-se ao Brasil e especificamente ao Distrito Federal se faz necessário, pois este é o contexto deste trabalho. O período colonial é alvo neste momento. Pois todo o legado da violência de que trata este trabalho deve à ignorância dos escravocratas. Essa violência não

pode ser considerada natural do ser humano, porque durante séculos ela ocorreu em proporções exagerada.

É imperdoável continuar com um sistema de educação preocupado em transmitir conhecimento numa visão dominadora em que o ser jamais pode ser sujeito da sua história. Ao excluir o negro e o índio da escola o Brasil cometeu uma violência irreparável. Corrigir tamanha atrocidade apenas com instituição e alunos não é o suficiente, necessário é reparar com educação sensata capaz de atender as necessidades de um homem social.

Dizer sim a permanência na escola com qualidade, sem violência, é dizer não ao autoritarismo permanente esses anos todos. É muito fácil dizer sim, todos podem estudar, dar as devidas condições é que é problema. É inevitável que com a explosão da população aumenta a demanda de espaços e de uma mão de obra qualificada para atender a demanda, não quer dizer que os professores são incompetentes, o que se questiona é a falta da preparação de professores capazes de atender alunos dessa nova ordem social: sujeitos com liberdade para aprender, de diferentes contextos sociais e com diferentes histórias. O resultado do fracasso escolar com relação à violência e indisciplina tem nome e endereço, educação escravocrata do Brasil colonial. Para entender melhor isso veja (GADOTTI, 1982 P. 53)

*(...) a história da educação brasileira é a história da educação do colonizador. A pedagogia do colonizador forma gente submissa, obediente ao autoritarismo do colonizador. Nessa pedagogia, o educador tem por função policial a educação para que não se desvie da ideologia do dominador.*

É preciso dar espaço a um modelo de educação para as massas, educação essa capaz de atender um ser completo de carências sociais. Como diz tão bem Freire “é preciso estudar para prática de liberdade” onde a massa possa se ver sujeito também. Em meio século de educação tradicional agrário-exportadora, é difícil o sistema de ensino não ter se condicionado pois para (RIOS, 2008 p. 45)

*(...) a escola não é uma entidade abstrata. Ela tem características específicas e cumpre uma função determinada, na medida em que está presente e é constituinte de uma sociedade que se organiza de maneira peculiar, historicamente.*

Ao vê-lá assim é possível que a escola se reconheça como “ineficiente e ineficaz”. É seu papel como diz Rios, (2008) “O educador precisa ter a visão crítica

sobre o seu papel enquanto um dos elementos que constituem o processo educativo”. Nessa trajetória o que restou à massa foi apenas má moradia, desemprego e analfabetismo. Para retratar bem isso veja o retrato da sociedade marginalizada em *O cortiço*, grande clássico da literatura brasileira, escrito no século XIX por Aluísio de Azevedo,

*Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas da mão. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas.*(AZEVEDO,2009, p. 29-30)

Observa-se neste trecho uma forte desorganização social, uma ideia de pessoas bicho, largadas, desprezadas, amontoadas. O problema da violência escolar tem raízes profundas, o ser humano não pode proporcionar ao outro aquilo que não lhe foi proporcionado. Enfrentar os desafios de um mundo contemporâneo com seres humanos planetários capazes de resolver problemas das mais diferentes ordens, inclusive da violência, exige entender sua origem e requer trabalhar pela mudança.

## **1.6 - LEI DISTRITAL Nº 4837 de 22 de maio de 2012**

Quanto à criação de leis para o combate de violência na escola temos manifestação no DF; só que não basta criá-las; é preciso propiciar discussões com a participação do aluno, da sociedade e não apenas apresentar lhes e impor normas e valores, porque Educação precisa de ética como coloca tão bem Freire.

No Distrito Federal foi sancionada a lei 4837 em 22 de maio de 2012 está instituída uma política de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do DF. Segundo o documento com a publicação da lei a Secretaria de Educação do DF busca diminuir a incidência da prática da violência nas escolas.

A lei distrital em seu artigo 2º define o que é *bullying*:

*Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se bullying a violência física ou psicológica, praticada intencionalmente e de maneira continuada, de índole cruel e de cunho intimidador e vexatório, por um ou mais alunos, contra um ou mais colegas em situação de fragilidade, com o objetivo deliberado de agredir, intimidar, humilhar, causar sofrimento e dano físico ou moral à vítima.*

No artigo 3º da lei distrital o legislador descreveu as ações que caracterizam a violência praticada por alunos ou grupo de alunos.

*Art. 3º. São considerados práticas de bullying as ações e os comportamentos a seguir descritos, promovidos por aluno ou grupo de alunos:*

*I – agredir física ou psicologicamente, de maneira reiterada, aluno em situação de hipossuficiência em relação ao agressor;*

*II – fazer comentário ofensivo à honra e à reputação de aluno ou propalá-lo, inclusive pela internet e por meio de mídias sociais, de maneira a potencializar o dano causado ao estudante ofendido;*

*III – utilizar expressões ofensivas e preconceituosas que revelem intolerância racial, religiosa, sexual, política, cultural e socioeconômica no trato com outros estudantes;*

*IV – praticar, induzir ou incitar o preconceito ou adotar atitudes tendentes a promover o isolamento social de aluno;*

*V – perseguir, dominar, tyranizar, incomodar, manipular, agredir, ferir e quebrar pertences de estudantes;*

*VI – danificar, furtar ou roubar bens de alunos;*

*VII – utilizar a internet para incitar a prática de atos de violência física ou psicológica contra alunos.*

No artigo 4º, a lei estabelece que a vítima ou qualquer outra pessoa que tenha conhecimento das práticas descritas nos arts. 2º e 3º poderão formalizar denúncia:

*Art. 4º. Na hipótese de ocorrência de alguma das práticas descritas nos arts. 2º e 3º desta Lei, a vítima do bullying, seus pais, representantes legais, ou qualquer pessoa que tenha conhecimento dos fatos poderão formalizar a denúncia perante os seguintes órgãos públicos e instituições:*

*I – a direção da escola pública ou privada na qual estejam matriculados os envolvidos na denúncia, sejam autores ou vítimas do bullying;*



*II – a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;  
 III – o Conselho Tutelar competente;  
 IV – o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;  
 V – a Polícia Civil do Distrito Federal, em caso de atos tipificados como crime pela legislação penal ou ato infracional, conforme disposto na Lei Federal nº 8.069, de 3 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente.*

A direção da escola ao tomar conhecimento da denúncia da prática de *bullying* tem o dever de proceder de acordo com o artigo 5º.

*Art. 5º. A direção da escola pública ou privada, ao tomar conhecimento da denúncia de bullying que envolva estudantes sob a sua responsabilidade, instaurará imediatamente procedimento administrativo para apuração dos fatos e das circunstâncias noticiadas, devendo ser concluído o procedimento e adotadas as providências cabíveis no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.*

*Parágrafo único. O disposto no caput não impede a adoção de medidas administrativas, pedagógicas e disciplinares, imediatas e urgentes, pela direção do estabelecimento de ensino, a fim de resguardar a vítima.*

Não existem soluções fáceis para se combater a violência na escola. São diversas as causas que concorrem para que essa prática se alastre, mas a lei no seu artigo 6º, estabelece que o estado deve agir de forma a reduzir a prática da violência nas escolas com o objetivo de promover um melhor desempenho escolar. Nota-se que há uma constante presença de documentos que comentam, proíbem e sugerem sobre violência, mas antes de tudo a escola deve ser vista como instituição com seres pensantes. Eles devem participar nas decisões que os envolvem se não será mais uma lei para ser lida e ouvida apenas. Se bem educados, nem dela precisará os alunos.

*Art. 6º. No âmbito da política de conscientização, prevenção e combate ao bullying na rede escolar pública e privada do Distrito Federal, instituída por esta Lei, fica o Poder Público obrigado a desenvolver as seguintes ações, com o objetivo principal de reduzir a prática da violência nos estabelecimentos de ensino e promover a melhora do desempenho escolar:*

*I – tornar público o debate sobre as principais causas e consequências decorrentes da prática do bullying nos estabelecimentos de ensino;*

*II – realizar pesquisas a fim de identificar os fatores que estimulam e fomentam a prática do bullying nas escolas com vistas à implementação de ações preventivas e repressivas a tal prática;*

*III – capacitar os profissionais da educação pública para a identificação do bullying, possibilitando a imediata adoção de medidas administrativas, pedagógicas e disciplinares de desestímulo e combate a tal comportamento;*

*IV – exigir dos estabelecimentos privados de ensino a realização de programas de prevenção ao bullying;*

*V – atender e orientar os envolvidos, seus pais e responsáveis legais, a fim de conscientizá-los sobre as consequências danosas do bullying, além de esclarecê-los sobre as sanções administrativas e disciplinares;*

*VI – criar mecanismos de envolvimento da família na política de conscientização, prevenção e combate ao bullying;*

*VII – criar registro próprio dos casos de bullying em cada estabelecimento de ensino, de modo a possibilitar o conhecimento e o acompanhamento do problema, proibida a divulgação dessas informações ou de outras que exponham a privacidade de alunos e profissionais da educação, evitando-se a exposição e a estigmatização das pessoas envolvidas;*

*VIII – organizar, em cada escola, conselhos de segurança escolar ou grupos equivalentes, compostos por profissionais da educação, alunos, pais e responsáveis legais, com vistas à realização de seminários, palestras e debates, à distribuição de material didático especializado e à concretização de ações de integração de toda a comunidade escolar na prevenção e no combate ao bullying.*

É interessante instituir a lei, mas é preciso que o diálogo entre nas diversas manifestações de uso dessa lei, inclusive que ela seja objeto de planos de aulas , de discussões entre professores e toda a equipe escolar, família e outros segmentos sociais de que necessitar a escola, porque ela precisa de seres dialogando sua identidade, suas necessidades. Quem é o aluno e por quê?

A ordem é refletir sobre o papel do aluno como sujeito capaz de transformar-se de sujeito passivo para ativo com ações afirmativas dos segmentos sociais. A ideia é tirar a culpa só dele, não que ele tenha que ser santificado. O papel da pesquisa é questionar a falta de políticas que atenda às escolas em termos de violência. A começar pela violência simbólica que já sofrem os cidadãos e cidadãs atendidos por ela no momento em que não proporciona uma educação de qualidade capaz de atender as demandas de seus “participantes”.

Faz-se necessário lembrar o famoso título de Freire “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”: A escola, o pesquisador, o educador precisam dessa comunhão, e esses escritos é uma forma de comungar juntos, de olhar o outro com outro olhar, não o do colonizador, mas um olhar fraterno e solidário que pode contribuir com a sustentabilidade humana, porque homem é natureza e se não cuidar é natural que essa natureza se rebele. Isso deve ser entendido de forma humana.

Esse conjunto de reflexões me ajudou a entender essa questão na escola, no qual passo a refletir no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2**

### **AS REFLEXÕES DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO / VIOLÊNCIA NA PRÁTICA ESCOLAR**

#### **2.1- METODOLOGIA**

Essa pesquisa procura constatar que a violência escolar é parte do cotidiano da Escola de uma escola do Paranoá. A abordagem escolhida foi a quantitativa porque ela utilizou-se de um questionário como instrumento para obter dados para análise e orientações de leituras a cerca do assunto. De acordo com Moresi (2003) “a pesquisa quantitativa é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos”.

Os dados para a pesquisa foram obtidos mediante a aplicação de questionários em duas turmas do 6º ano de uma do Paranoá. O questionário era composto por duas partes: a primeira refere-se aos dados pessoais do entrevistado que informa sobre sexo, idade, estado civil, Região Administrativa onde mora, ocupação e renda familiar. A segunda parte do composta de 14 perguntas, sendo 10 questões fechadas, 2 questões semi -abertas e 2 questões abertas.

#### **2.2 - CONTEXTO DA PESQUISA**

##### **2.2.1 - Perfil socioeconômico do Paranoá – DF**

O Paranoá é a VII Região Administrativa do Distrito Federal, teve sua origem em 11 de janeiro de 1957, quando vários pioneiros vindos de diferentes estados chegaram para a construção da barragem do Lago Paranoá. Ela foi criada em 10 de dezembro de 1964, através da Lei 4.545 somente em 1989 sua área foi implantada definitivamente através do decreto 11.921/89. É uma RA com comércio forte concentrado principalmente na avenida principal com lojas dos mais variados tipos, o nome Paranoá originou-se do rio Paranoá atualmente o lago.

Segundo Pesquisa da CODEPLAN Publicada no site do Jornal Correio Braziliense de 08 de agosto de 2013, 45,6 mil habitantes desta RA, quase metade , 40,99% informou não ter concluído o ensino fundamental, enquanto 69,92% da população declararam não ter estudado, 57% dos habitantes tem carteira assinada, 90% da população não conta com plano de saúde e recorrem sempre que necessitam ao sistema público de saúde.

A pesquisa ainda mostra que os que concluíram o ensino superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado somam apenas 3,93 da população e 4% da população se declaram analfabeta. Com relação a segurança mais de 9% da população têm pelo menos um parente que já sofreu algum tipo de violência.

Os empregos que mais se destacam na RA são voltados para o comércio, serviços gerais e construção civil. A renda familiar da maioria dos moradores varia entre 2 e 5 salários mínimos e somente um terço dos trabalhadores trabalham na própria RA.

### **2.2.2 – Perfil socioeconômico do Itapoã – DF**

O Itapoã é a XXVIII Região Administrativa do Distrito Federal , foi criada em 03 de janeiro de 2005 por meio da Lei nº 3.527. Na área que hoje é o Itapoã existia um condomínio, mas no ano de 2001 por descuido das autoridades foi invadido por várias famílias oriundas de estados membros da Federação brasileira e regiões do Paranoá. Assim, a expectativa de regularização estimulou o crescimento do lugar e o transformou em poucos anos em uma RA maior que o Paranoá com relação ao número de habitantes. Os problemas enfrentados no Itapoã são semelhantes ao do Paranoá. Mas Itapoã leva desvantagem em relação ao número de escolas, pela sua formação e por esta razão a maioria dos estudantes pesquisados na escola do Paranoá moram no Itapoã.

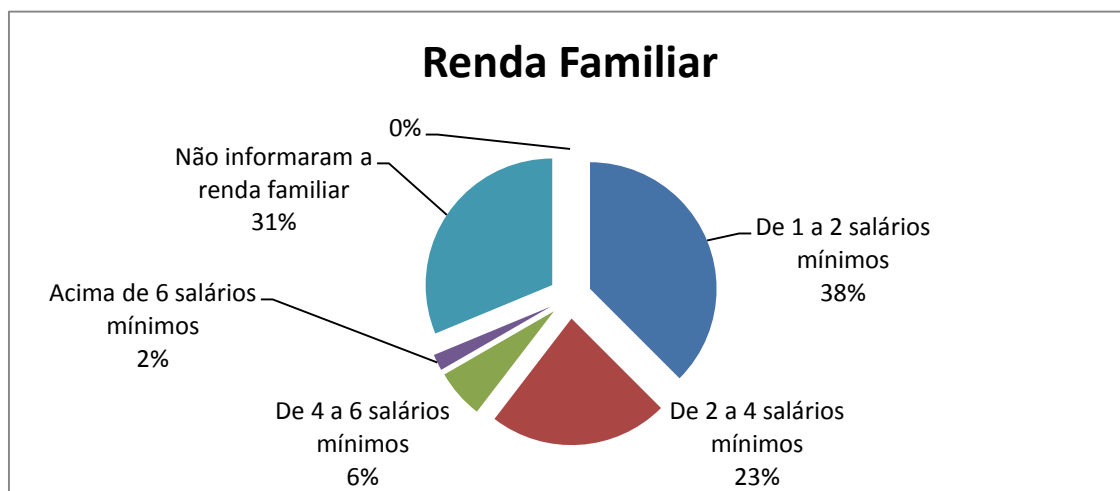
### **2.2.3 – Caracterização da escola**

A pesquisa foi realizada em uma Escola na cidade do Paranoá, Distrito Federal. Ela possui atualmente 656 alunos que estão divididos em 22 turmas, sendo 11 turmas no matutino e 11 turmas no vespertino. Na parte da manhã as turmas são da primeira fase do ensino fundamental, com turmas do 1º ao 5º ano. Na parte da tarde todas as turmas são do 6º ano do ensino fundamental II. O corpo docente da escola é composto por 26 professores entre efetivos e temporários. A escola também conta no seu quadro de funcionários com 3 coordenadores pedagógicos, 1 supervisor pedagógico, 1 diretor, 1 vice-diretor, 2 funcionários de apoio/secretaria, 4 vigias, e 15 funcionários que cuidam da parte de cantina, conservação e limpeza. Atualmente a escola não desenvolve nenhum projeto extracurricular e o seu Projeto Político Pedagógico está desatualizado por conta da inclusão das turmas de 6º ano.

### 2.3 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Foi elaborado o perfil sócio-econômico dos alunos entrevistados de maneira a entender suas características quanto ao sexo, idade, renda mensal familiar, cidade onde mora e estado civil. Para melhor visualização essas informações serão apresentadas por meio de gráficos.

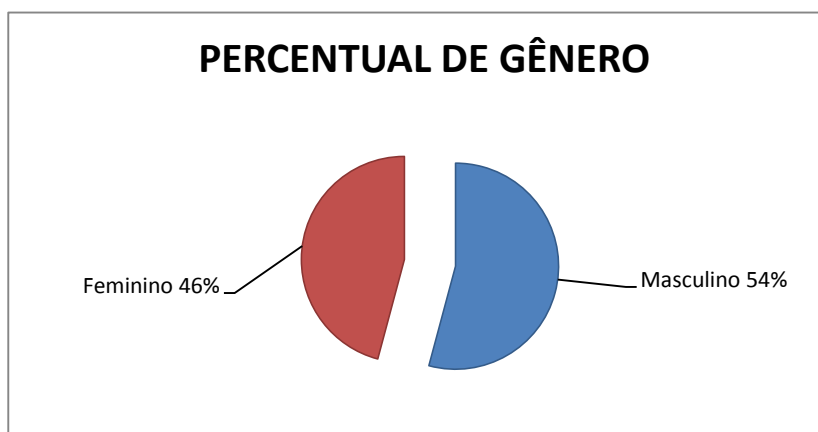
GRÁFICO 01



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

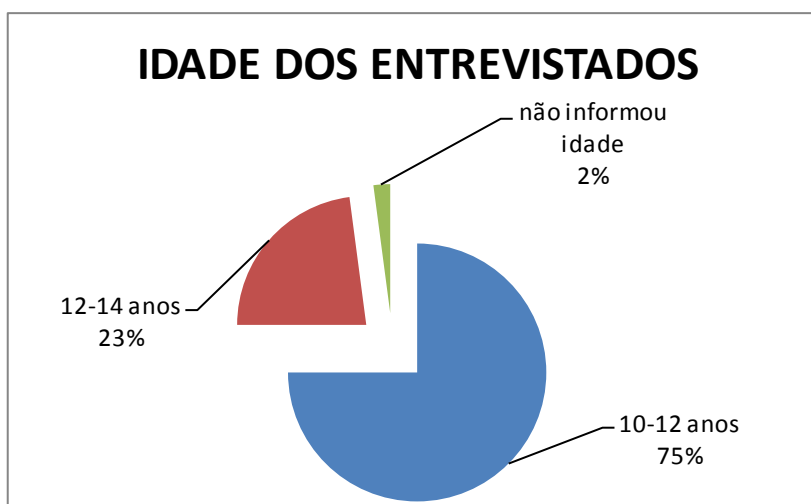
No gráfico acima, 23% declaram que os pais recebem de dois a quatro salários mínimos, 6% disseram de quatro a seis, porém 38% ganham de um a dois salários mínimos, e apenas 2% alegaram mais de seis salários, e 31% não informaram.

Gráfico 02



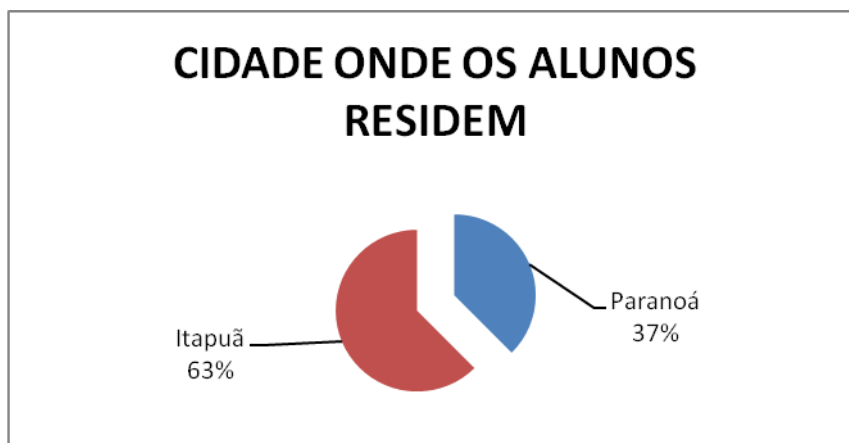
Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola

Gráfico 03



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

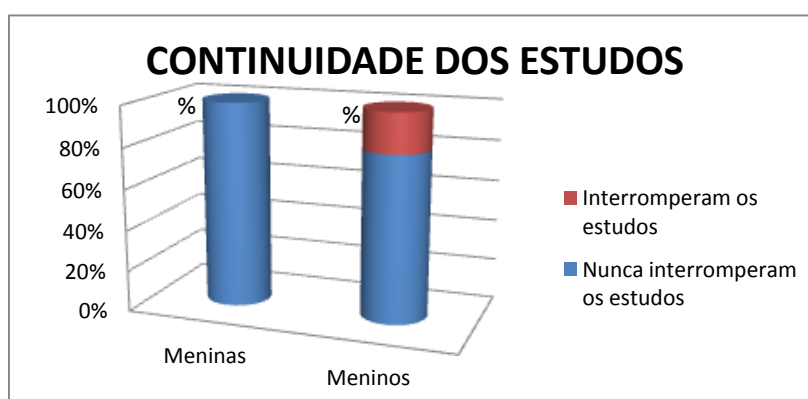
GRÁFICO 04



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

No gráfico 02, 54% dos alunos são do gênero masculino, e no gráfico 03, nota-se que a maioria dos educandos possui a idade entre 10 e 12 anos, totalizando 75% dos alunos. E observa-se no gráfico 04, que embora estudem no Paranoá, 63% dos alunos moram no Itapuã, e apenas 37% moram na cidade local da escola. Logo é possível que existam conflitos de grupos rivais, já que pertencem a cidades distintas.

GRÁFICO 05



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

Ao questioná-los sobre evasão na escola, o gráfico 05, mostra que a incidência de meninos na evasão escolar é notória de 25%, e das meninas de



apenas 1%. Contudo a presença do aluno na escola tem sido maior, então é inevitável que os problemas de relacionamento aumentem.

De acordo com pesquisa observamos a presença da evasão escolar, e principalmente no sexo masculino, contudo podem-se sugerir alguns dos motivos, devido à necessidade da manutenção econômica da família. Mas um argumento que tenta justificar a evasão escolar tornou-se argumento para a marginalização e concomitante responsabilização pela violência na escola, mas o que se passa na verdade é uma afronta a uma sociedade livre, justa e solidária, e uma sociedade livre de injustiças, sem violências de qualquer tipo, seja na escola, no trabalho ou em qualquer outro lugar, exige antes de tudo que se entenda a sociedade, erradicar a pobreza absoluta, a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais.

Por diversos comentários encontra-se a visão míope de que, “ser pobre é ser violento”. Não é uma relação de causa e efeito. Nisso discorre ABRAMOVAY, 2006, “ora, se a “causa” (pobreza) nem sempre produz o seu “efeito” (violência), não se trata mesmo de uma causa. Isso não quer dizer que a pobreza nada tenha a ver com a violência, mas que o raciocínio em termos de causas e efeitos não é pertinente”.

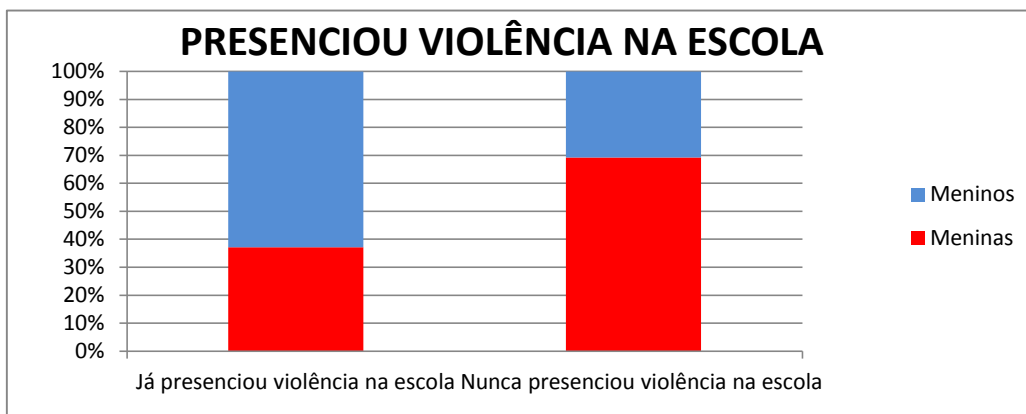
Quanto ao conceito de violência os alunos não desempenham suas respostas muito bem, talvez por não terem habilidade de escrita para responder, desinteresse no assunto ou dificuldade de lidar com o tema. Poucos responderam e respostas variadas, mas de alguma forma retratam o que é violência para eles.

As respostas abaixo são fiéis ao texto das pesquisas, escritos pelos alunos.

Violência para os alunos é: “desrespeito com os colegas, com os professores e com os mais velhos”; “bater, espancar e tratar mal”; “trocar chutes e porradas”; “brigar com outras pessoas”; “coisa que não deveria existir”; “coisa de errado que não se deve fazer porque vai direto para delegacia”; “é uma coisa sem educação e para quem gosta de barraco”; “quando um aluno agride o outro aluno verbalmente”; “um menino batendo no outro”; “brigas e palavrões”; “agredir, bater, xingar e bullying”; “agressão física e verbal”; “brigas que podem chegar a morte, agressões verbais e etc”; “todo tipo de ofensa, agressão física, verbal ou agressão com armas”.

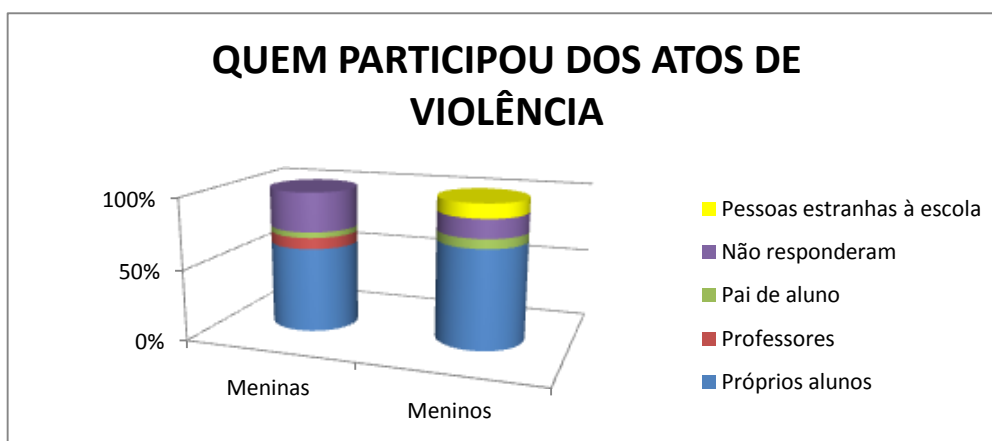
Perguntado sobre presenciar violência na escola, e participar dela, os gráficos abaixo apontam o seguinte:

GRÁFICO 06



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

GRÁFICO 07



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

Os gráficos acima além de mostrar que os meninos estão mais presentes em situações de violência, observa-se que existe uma ausência participativa dos professores, pais e outros no momento em que ocorrem estes atos de violência. A

importância de um profissional ou responsável não se equivale apenas em chamar as forças de segurança pública, mas de atuar como mediador, porém o profissional deve estar atento a algumas reações que podem surgir durante a mediação deste conflito.

Em uma situação de conflito, cada pessoa pode ter uma reação diferente. E até a mesma pessoa pode ter reações diferentes, dependendo do seu humor, dos problemas enfrentados naquele dia, ou mesmo dependendo do fato de existirem ou não outras pessoas presenciando o conflito naquele momento.

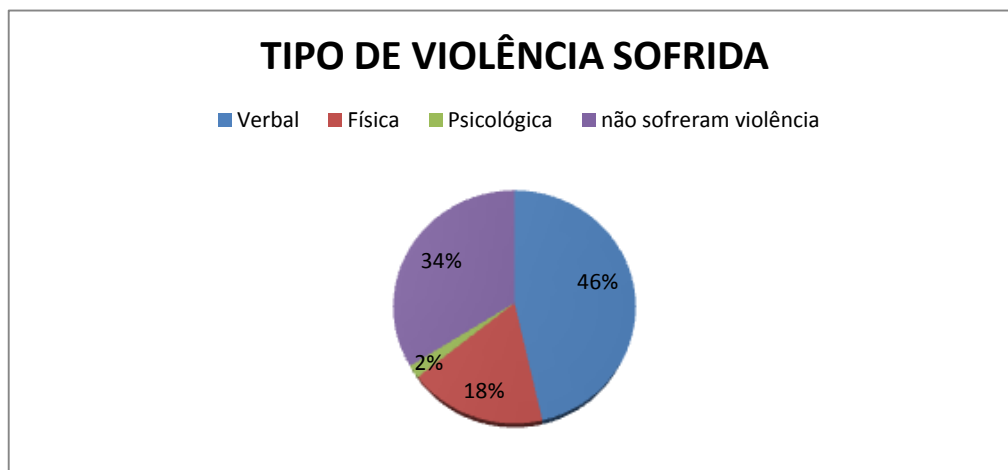
Existem várias maneiras de respostas ou reações à ação conflituosa, e algumas das reações possíveis perante um conflito podem ser:

**A) Fuga** - A pessoa se recusa a enfrentar a situação de conflito, ou nega que o conflito esteja acontecendo. Neste caso torna-se difícil a atuação de qualquer pessoa que queira ajudar, pois não há interesse da pessoa envolvida.

**B) Interesse em resolver ou cooperar, negociar** - A pessoa está aberta a discutir o assunto, ouvir outros pontos de vista e buscar a construção de uma solução compartilhada para a divergência. Com estas pessoas sempre surgem oportunidades de resolução do problema, porém ainda está indireta a participação de uma terceira pessoa nesta solução do conflito.

**C) Competição** - A pessoa não tem o objetivo de ouvir ou entender a outra parte, ou os motivos da divergência, ou para buscar uma solução compartilhada, mas sim fazer prevalecer a sua posição a qualquer custo. Nesta situação de competição, o objetivo é eliminar a outra parte. O enfrentamento de um conflito com esta atitude pode facilmente levar à adoção da violência como forma de vencer a competição. Na comunidade escolar isso pode ocorrer com alunos que tenham problemas de namoro na escola, ou por questões de ciúmes.

GRÁFICO 08

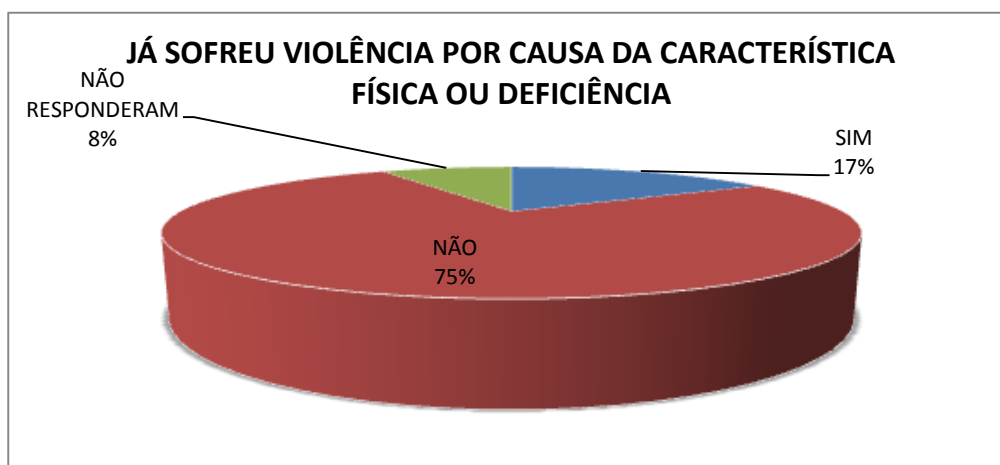


Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

De acordo com o gráfico 08 a violência física vem precedida pela violência verbal, logo existe então a possibilidade de se intermediar e evitar danos maiores e recorrentes. No gráfico é possível ver que 34% alegam não terem sofrido violência, contudo é preciso verificar as relações e os motivos, ou seja, se realmente não sofreram violência, ou por vergonha, desconfiança, ou por outro motivo.

No gráfico abaixo apesar de uma quantidade expressiva de 75% dos alunos alegarem não terem sofrido violência por causa da característica física ou deficiência, verifica-se que ela ainda está presente em 17% que afirmam terem sido vítimas.

GRÁFICO 09



Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.

**GRÁFICO 10**

**Fonte: Pesquisa de campo, feita na Escola.**

Vivemos em um contexto em que existe muita informação e pouca formação, pois no gráfico acima 90% dos alunos á foram informados sobre violência, então o problema não está em repassar o conhecimento, mas de vivenciar este conhecimento junto à comunidade escolar de forma que a interação entre pedagogo e aluno possa existir de fato e de direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo exposto, observa-se que há um elevado índice de violência nas escolas do Distrito Federal, assim como existe um grande nível de informação sobre estes atos nas comunidades de Brasília. Desta feita as famílias apresentaram um perfil sociodemográfico, diferenciado nas cidades satélites que compõem o DF, porém existe uma gama de controles que vão ao encontro da legislação vigente, grupos que sobrevivem às dificuldades sociais e políticas, na luta para exercer sua cidadania. E nisto os fatores de risco para as violências na escola não estão sendo trabalhados em linha direta, mas atua-se na dimensão da punição do agressor, de forma que a lei é repassada para as vítimas, na visão de reter o ato que a vulnera, contudo permanecem outros problemas como as diferenças sociais, e a ineficiência da garantia de que o agressor não mais causará danos a sua pessoa.

Neste caso é preciso que haja uma interação na rede de cuidados que perpassa pelas políticas públicas em defesa da comunidade pedagógica, e seja eficiente em diagnosticar os fatos que antecedem a agressão, e não apenas para ater-se aos fatos que são narrados após a agressão, pois na visão antecipada é possível trabalhar para diminuir os crimes mais graves como a tentativa de homicídio e até mesmo o homicídio consumado. Há que se terem ações intersetoriais, com autêntica formação interdisciplinar, e será possível vislumbrar o desafio de se acordar e de mobilizar famílias para que se reconheçam cidadãs fazendo suas participações ouvidas, e pedindo ajuda para os setores especializados em sua dificuldade familiar, seja ela na dependência do álcool, ou econômica ligando ao cerne da dualidade dos direitos garantidos pela Constituição Cidadã, e pelos deveres do Estado.

Violência nas escolas existe, não tem como negar. É uma realidade que toda sociedade precisa ver com visão política, dialógica, social e histórica. Não somente conviver aplicando elementos paliativos, porque o homem é antes de tudo ser humano; humanidade exige trabalhar com suas características inerentes: relações, contexto e, sobretudo a continuação de sua existência e dos próximos seres que virão. Não é só da escola essa tarefa, mas de toda a sociedade.

A perspectiva preponderante é de nulidade social perante o Estado, já que a participação é limitada, contudo a esperança encontra-se situada na história de vida

de cada estudante, que faz vir à tona esta problemática outrora escondida pelas vítimas diz o Estado, ou será que existia na verdade uma visão cega no assunto. Bem isto não importa, mas apesar da visão ainda míope, entende-se que o resta ainda é denunciar, e pedir ajuda.

A responsabilidade de identificar e tratar este fenômeno são dos professores, dos gestores, da família, da polícia, do estado, não necessariamente nessa ordem, é preciso que toda sociedade se engaje para enfrentar a realidade. As leis para palear a violência existem, mas é necessário que sejam colocadas em prática, e compreenda que elas não fazem educação sozinhas com as escolas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam (Org) - **Cotidiano das escolas: entre violências**  
Brasília : UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula**. 6ª Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- AZEVEDO, Aluizio. **O cortiço**. São Paulo, Nobel, 2009.
- BOY, Priscila Pereira. **Inquietações e desafios da escola: inclusão, violência, aprendizagens e carreira docente**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. LDB– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>, acesso em: 25 jun 2013.
- COLASSANTI, Marina. *A casa das palavras*. São Paulo: Ática, 2002.
- Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>, acesso em 10/12/2013.
- Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino – adotada pela conferência Geral da UNESCO em Paris, 1960 – promulgada pelo Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968). Disponível em <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2006/nelsonjoaquim/igualdadeediscriminacao.htm>>, acesso em 06/12/2013.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006.
- Ética hoje. Disponível em <<http://pdt.shvoong.com/social-sciences/psychology/793878-%C3%A9tica-hoje/>>, acesso em: 10 dez 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.



JARDILINO, José Rubens L. **Lutero & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2005.

LEI N° 4837 de 22/05/2012 do Distrito Federal. Disponível em <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=241610>>, acesso em 10/12/2013.

MOREIRA, Dirceu. **Transtorno do assédio moral-bullying: a violência silenciosa**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.

MORIN, Edigar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/OsSeteSab.pdf>>, acesso em 08/12/2013.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio.(orgs.). **Pierre Bourdieu – escritos de educação**. 9ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

VEIGA, Ilma Passos da. (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

RIBEIRO DO VALLE, Luiza Elena L.; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. (orgs.) **Violência e educação: a sociedade criando alternativas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

RIOS, Terezinha Azevedo. **Ética e competência**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying: mentes perigosas na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira Da. **Sociedade da diferença: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

TOWSEND; CLOUD. *Limites*. São Paulo: Vida, 1999.

VELHO, G.; ALVITO, M.. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

ZALUAR, A.. *Violência e crime: O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS, 1999. Vol. 1.

## **APÊNDICES**

## QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Educando (a):

Meu nome é Adilson Araújo Lima, sou aluno de pedagogia da Universidade de Brasília – UNB e estou elaborando o trabalho de final de curso. Solicito a sua participação no preenchimento desse questionário, que trata sobre a violência na escola. Desde já agradeço a sua colaboração e asseguro anonimato ao responder o questionário.

### QUESTIONÁRIO

Assinale com um X as alternativas abaixo

1- Dados pessoais (não precisa se identificar)

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: ( ) 10 a 12 anos ( ) 12 a 14 anos ( ) 14 a 16 anos ( ) 16 a 18 anos

Estado Civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Divorciado ( ) Relação estável

Filhos: ( ) Sim Quantos: \_\_\_\_\_ ( ) Não

Cidade em que mora: ( ) Paranoá ( ) Itapuã ( ) Outra, qual: \_\_\_\_\_

Ocupação: ( ) Estuda ( ) Estuda e trabalha sem carteira assinada ( ) Estuda e trabalha com carteira assinada

Renda familiar:

( ) 1 à 2 salários

( ) 2 à 4 salários

( ) 4 à 6 salários

( ) acima de 6 salários

**1- Em algum momento você já interrompeu seus estudos?**

( ) não ( ) Sim

Se sim, por quanto tempo? ( ) por 6 meses ( ) por 1 ano ( ) mais de um ano

**2-Você gosta da Escola que estuda?**

( ) não ( ) sim ( ) indiferente

**03- O que é violência na escola para você?**

Resp. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**04- Você já presenciou alguma situação de violência na escola?**

( ) não ( ) sim, qual? \_\_\_\_\_

**05- Se você respondeu “sim” à questão anterior, quem participou desse ato de violência? Marque quantas opções forem necessárias.**

alunos    professores    funcionários    pais de alunos  
 pessoas estranhas à escola

**06- Você já foi vítima de violência na escola?**

não    sim

**07- Se você respondeu “sim” à questão anterior, qual o tipo de violência? Marque quantas opções forem necessárias.**

violência verbal    violência física    violência psicológica     
 outra(s)? \_\_\_\_\_

**08- Se você já sofreu algum tipo de violência na escola, você contou isto a alguém? Marque quantas opções forem necessárias.**

não contei    ao professor (a)    ao funcionário da escola    aos pais  
 aos irmãos    aos amigos

**09- Você já foi forçado por um colega ou vários colegas à fazer algo contra a sua vontade?**

sim    não

**10- Você já sofreu algum tipo de violência na escola por causa de alguma característica física ou deficiência?**

sim    não

**11- Você já praticou algum tipo de violência na escola?**

sim, qual? \_\_\_\_\_    não

**12- Você conhece a lei nº 4837 de 22/05/2012 do DF – que dispõe sobre a instituição da política de conscientização, prevenção e combate ao bullying nos estabelecimentos da rede pública e privada de ensino do DF?**

sim    não

**13- Você já foi orientado sobre o problema da violência na escola? Marque quantas opções forem necessárias.**

não    sim

Se você respondeu sim, por quem?  professor (a)    pais    direção da escola  
 outros \_\_\_\_\_

**14- Que sugestões você tem para enfrentar a violência na escola?**

**PARTE III**  
**PERSPECTIVAS PESSOAIS E PROFISSIONAIS**

O curso de Pedagogia é muito amplo, são vários os caminhos que o pedagogo pode trilhar, no meu caso espero poder exercer a pedagogia no meu trabalho, pois na carreira policial militar existem vários departamentos que carecem desse tipo de profissional como, por exemplo: a Academia de Polícia Militar de Brasília - APMB, o Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento - CAEAp e o Colégio Militar Tiradentes – CMT. A pedagogia me fez gostar da área de Educação, espero ter a oportunidade de no futuro poder voltar a faculdade e fazer o mestrado em educação.